

MIGRAÇÃO, MOVIMENTO E URBANIZAÇÃO EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Cristina Udelsmann Rodrigues

INTRODUÇÃO

Tendo em conta o contexto continental de alta mobilidade e as transformações sociais e económicas operadas nas últimas décadas em Angola e Moçambique, a análise de novas realidades territoriais emergentes – novas cidades, novas áreas urbanizadas – coloca em destaque o papel das migrações internas nas reconfigurações em curso. O principal argumento aqui desenvolvido é que, com o fim das restrições e imposições à circulação e movimento de pessoas nestes dois países – operadas primeiro através do sistema colonial e posteriormente devido aos conflitos civis –, criam-se novas dinâmicas de circulação e mobilidade que produzem novos espaços residenciais, económicos e sociais. Tanto o crescimento urbano como a suburbanização ou a emergência de novos urbanismos fora dos locais “tradicionais” são uma demonstração da importância da migração na reconfiguração do espaço.

A migração, a mobilidade e o movimento de pessoas constituem uma dinâmica central do continente africano (Bruijn *et al.*, 2001), embora alguns estudos recentes indiquem um decréscimo das migrações interafricanas (Flahaux & Haas, 2016) e das migrações rurais em direcção às cidades (Potts, 2009; 2013). Contudo, “a maioria dos migrantes africanos continua a mover-se dentro do continente” (Flahaux & Haas, 2016: 22), e as migrações internacionais continuam a envolver um número importante de pessoas. Novas tendências envolvem ainda migrações Norte-Sul (King, 2002; Åkeson, 2016), dinâmicas transnacionais (Castles, 2002; Gaibazzi, 2015; Levitt & Jaworsky, 2007) e um conjunto de desenvolvimentos relativos a novas “fronteiras imobiliárias” (Grant, 2015) estabelecidas pelo capital global. Angola e Moçambique estão, nestes campos, aparentemente em consonância com muitas das novas tendências.

Existem, contudo, tanto em Angola como em Moçambique, grandes dificuldades em conhecer em detalhe as dinâmicas da mobilidade, bem como a sua relação com o urbanismo. Há lacunas significativas relativamente à recolha, ao tratamento e à análise de dados sobre migrações em Angola (CPLP & INE, 2014; Lopes, 2013a) e também em Moçambique (Patrício, 2016). Se em relação às migrações internacionais esta informação pode eventualmente ser inferida através

dos registos consulares e estatísticas de organizações internacionais, a dificuldade é maior em relação aos dados sobre a circulação interna. Um estudo de 2014 (CPLP & INE, 2014) mostra que em Angola as estatísticas existentes não fornecem dados sobre temas cruciais para entender a migração interna, como sejam a naturalidade, a nacionalidade, a residência actual e a duração da permanência na residência actual, a residência anterior e o local de residência anterior numa determinada data. Já em Moçambique, alguns dos dados mais gerais sobre aspectos residenciais estão disponíveis, mas ainda assim é difícil saber qual o tempo de permanência nas diversas residências ao longo dos anos, incluindo na actual por altura dos censos (CPLP & INE, 2014). Uma perspectiva global sobre os estudos sobre as migrações e mobilidade, nomeadamente em África e no Sul global, permite destacar a existência de inúmeras razões e motivações para a migração e para a mobilidade, tanto de carácter subjectivo como objectivo, os complexos processos de decisão e a sua interligação com as transformações sociais e económicas objectivas, (Potts, 1995; Bruneau, 2002). Em Angola e em Moçambique, a par dos mais evidentes condicionamentos coloniais e aqueles decorrentes das guerras civis, há uma clara correlação entre a migração e a procura de oportunidades económicas, sobretudo ligadas à maior riqueza das cidades, o que motivou importantes êxodos rurais de forma continuada. As guerras civis, naquilo que representaram quer em termos de restrição à mobilidade quer em termos de imposição da mobilidade, não só forçaram a permanência de populações em determinados locais como empurraram um número muito significativo de pessoas para a migração internacional, sobretudo transfronteiriça, e para migrações internas em direcção às cidades. Por outro lado, mais recentemente registou-se um aumento muito significativo da imigração motivada pelos *booms* económicos do início do milénio e, mais recentemente, as crises económicas que se iniciaram nos dois países apontam não só para uma redução drástica do número de imigrantes como para um aumento da migração interna no contexto de procura de novas oportunidades.

O fim das guerras civis em Angola e em Moçambique permitiu de uma forma geral o reinício não só da mobilidade de pessoas interna e internacionalmente como iniciou novas dinâmicas de mobilidade que, por sua vez, deram lugar a novas dinâmicas territoriais. A par de uma marcada e intensa circulação entre o rural e o urbano, que caracteriza as dinâmicas da mobilidade em África e leva a que “a subsistência dos agregados familiares oscile entre locais e oportunidades de rendimento urbanos e rurais” (Potts, 2013: 28), surgem novas “territorialidades”, modificam-se as relações campo-cidade e alteram-se os centros dos fluxos migratórios (Medeiros, 2006: 191). Novos locais de atracção da população incluem áreas onde, por exemplo, se localizam projectos de grande escala no sector agro-industrial ou da extracção de recursos naturais (Bryceson & MacKinnon, 2012), projectos turísticos (Bosworth & Farrell, 2011) (Briedenhann & Wickens, 2004) ou, por exemplo, investimentos em segundas habitações (Hoogendoorn *et al.*, 2009). Outros pólos de aglomeração de população estão ligados às rotas e ao movimento em si, como sejam postos fronteiriços (Buursink, 2001; Nugent, 2012), estradas, ferrovias e portos. A

pesquisa nestes “assentamentos de fronteira” (*frontier settlements*) (Agergaard *et al.*, 2009) permite conhecer processos de certa forma inéditos, de transformação de aldeias ou de pequenas cidades em centros urbanos emergentes (Agergaard *et al.*, 2013). Não sendo possível estabelecer uma relação causal directa entre os fenómenos que conduzem a novas formas de ocupação do território, já que a convergência de interesses e condições varia sobretudo de acordo com o mercado (Zeller, 2007), é contudo inegável o papel da mobilidade e da migração na formação dos novos espaços, de novos centros de gravitação. A mobilidade “faz estados” e no âmbito do amplo espectro de populações móveis – refugiados, deslocados internos, migrantes “de sobrevivência” e, por outro lado, elites económicas transnacionais, turistas internacionais, trabalhadores na área da ajuda internacional e do desenvolvimento – criam-se novos padrões de assentamento espacial (Quirk & Vigneswaran, 2015: 1) e novas dinâmicas de articulação a nível nacional.

Este artigo está organizado de acordo com uma sequência que coloca em evidência e discute brevemente, num primeiro momento, as transformações operadas ao longo do tempo no âmbito dos movimentos de pessoas e a sua relação com os processos históricos, políticos e económicos da época mais recente. A segunda parte foca-se sobretudo na identificação e descrição das novas dinâmicas de mobilidade, enquadrando-as com a emergência e o desenvolvimento de novos urbanismos e colocando em destaque o papel das migrações e dos movimentos de pessoas na configuração e reconfiguração do espaço.

CONFORMAÇÕES DOS MOVIMENTOS DE PESSOAS: REGIME COLONIAL E GUERRA CIVIL

Nem sempre a demarcação colonial das fronteiras africanas, estabelecida em Berlim em 1885, transformou radicalmente as dinâmicas de circulação locais. Em Angola, mantiveram-se activas na maior parte do tempo as rotas ligando o país aos Congos, às Rodésias e ao Sudoeste Africano. Em Moçambique, a histórica ligação com a África do Sul e o Zimbabwe através dos movimentos migratórios continuou a envolver importantes circulações de pessoas. Contudo, nas diferentes fases ao longo dos anos de história da colonização – desde o século XVI até 1975 –, tanto as migrações internas como internacionais estiveram conformadas pelo regime colonial, embora este não tivesse capacidade de exercer um controlo absoluto sobre pessoas e território. Durante vários séculos, o Estado colonial português, à semelhança de outras potências colonizadoras, adoptou estratégias e medidas para promover ou prevenir o movimento, desenvolvendo assim o próprio império, para estender a autoridade do Estado e extrair riqueza da mobilidade (Silva, 2015). Estes dispositivos coloniais enquadravam-se na relação clara entre a lei, a mobilidade e a violência na África colonial (Allina, 2015), sendo utilizados na produção do Estado colonial (e mesmo na sua “desconstrução” por altura das independências) através

do controlo e da autoridade sobre a realocização física e redistribuição dos instrumentos de regulação e dos próprios colonos, incluindo os seus bens, no âmbito de uma espécie de “portabilidade” do Estado (Gupta, 2015).

Não sendo intenção pormenorizar aqui os impactos e transformações operadas pelas migrações neste longo período, tanto em África como nos destinos americanos de uma parte das migrações, anote-se muito genericamente que a migração de angolanos e moçambicanos ao longo do período colonial está sobretudo relacionada com as necessidades de mão-de-obra, inicialmente reguladas pelo sistema escravagista, substituído posteriormente por um sistema de recrutamento forçado e por migrações com destino às cidades. Ao longo do extenso período do tráfico de escravos, estima-se que tenham sido exportados mais de oito milhões de pessoas de África para as Américas, sendo uma grande parte deste tráfico processado através do empreendimento português, sobretudo no século XVIII, período em que se estima que Portugal tenha sido responsável pelo tráfico de 1,8 milhões de africanos (Alexandre, 1991). O contingente de colonos, por seu turno, foi relativamente reduzido durante vários anos, tendo aumentado muito significativamente apenas no século XX, sobretudo a partir dos anos 1950. A partir desta altura e até à independência, estima-se que residissem em Moçambique cerca de 80 000 colonos, enquanto em Angola este número se situava acima dos 300 000 (Castelo, 2007; Pimenta, 2012). A migração interna, que, entretanto, foi crescendo paralelamente ao tráfego e tráficos internacionais, teve como principais motivações também a economia, traduzindo-se em migrações compulsivas no âmbito do trabalho forçado e noutras migrações laborais à medida que se transformavam e cresciam os centros urbanos e os empreendimentos locais absorvedores da mão-de-obra angolana e moçambicana.

[A supressão do sistema escravagista] não fez, contudo, diminuir o número de migrantes internos, já que a manutenção de um regime de trabalho forçado, a par da procura de melhores condições de vida nas cidades por parte da população rural, manteve elevados os números respeitantes ao êxodo rural (Lopes, 2013b: 16).

A imobilidade era, nesta época, resultado quer das condições do trabalho forçado quer do controlo imposto às populações e, muito especificamente, ao seu movimento e fixação. Embora não seja possível aferir o número de africanos que se fixaram nas cidades ao longo do período colonial, a sua dimensão considerável expressa-se no crescimento notável das periferias urbanas, sobretudo dos bairros de caniço e dos musseques em Maputo e em Luanda, sobretudo em meados do século XX. Tanto a migração “voluntária” para as cidades como as migrações forçadas coloniais implicaram, de uma forma geral, relações baseadas na violência e na conformação, quer dos movimentos quer da imobilidade (Allina, 2015; Silva, 2015). Após as independências, manteve-se de certa forma a mesma lógica constrangedora do movimento e mobilidade, desta

vez através da violência exercida pelos conflitos sobre as populações. A guerra civil, que em ambos os países praticamente sucedeu à independência e à saída maciça dos colonos, passou a ser o principal operador da mobilidade e da imobilidade forçadas. Durante os longos anos de guerra civil – trinta em Angola (1975-2002) e dezasseis em Moçambique (1975-1992) –, as migrações internacionais da população foram sobretudo determinadas pela necessidade de fuga aos conflitos internos, na maior parte das vezes através da deslocação forçada e do refúgio em países vizinhos, ao ritmo das exigências das situações (Bakewell *et al.*, 2015). Apesar das dificuldades de acesso a dados precisos em ambos os países sobre os movimentos migratórios, os refugiados originários de Angola a viver em países vizinhos foram estimados, em Janeiro de 2009, em 171 393 (UNHCR/ACNUR, 2010), de um total estimado de mais de quatro milhões de pessoas que fugiram da guerra desde o seu início ainda antes da independência. O Botswana, a República Democrática do Congo (RDC), a República do Congo e a Zâmbia foram os principais países receptores de refugiados angolanos. Em Moçambique, o principal destino dos refugiados durante a guerra civil foram o Zimbabwe e o Malawi, registando-se o seu regresso após o final do conflito. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (sigla em inglês, UNHCR), em 1994 contabilizavam-se 804 376 refugiados que retornavam ao país (UNHCR/ACNUR, 2017). As deslocações e os confinamentos forçados causados pela guerra em Angola atravessam diversos períodos ao longo dos trinta anos, envolvendo durante a guerra os militares, as populações imobilizadas nas cidades e as pessoas mantidas em cativeiro (Udelsmann Rodrigues, 2014). Em Moçambique, o impacto da guerra sobre as deslocações forçadas foi igualmente muito significativo – nomeadamente em termos das “formas variadas de desempoderamento social, económico, político, cultural e mesmo psíquico” –, sendo igualmente de assinalar os efeitos dos conflitos sobre as populações involuntariamente imobilizadas (Lubkemann, 2008:467). Do lado da imigração, em Angola, dada a maior duração da guerra e da importância que os recursos minerais adquiriram, as entradas de estrangeiros foram mais expressivas nas áreas da exploração de diamantes (Almeida, 2010; Udelsmann Rodrigues, 2014). Moçambique, depois do final da guerra, passou também a acolher um número significativo de refugiados provenientes da região dos Grandes Lagos, bem como um contingente variável de migrantes africanos em trânsito para migração para a África do Sul ou mesmo à procura de oportunidades em Moçambique com o início da exploração de recursos minerais no começo dos anos 2000.

Durante a guerra, foram, portanto, muito intensos os movimentos e deslocações de pessoas internamente, muito mais do que durante o período colonial. Em ambos os países, a guerra obrigou ao êxodo rural, para longe das áreas de combate, que foram sobretudo as rurais, e em direcção às cidades, onde o Governo pôde, de forma mais prolongada, manter algum controlo e protecção. Além disso, a guerra destruiu sistemas de subsistência e as poucas infra-estruturas no campo, obrigando assim também a população a procurar melhores condições de vida

nas cidades. Na maior parte dos casos, e sobretudo em Angola, a migração para os centros urbanos, e muito especificamente para as cidades capitais, constituiu a tendência da migração interna durante vários anos. Na altura do conflito, o número de deslocados internos angolanos foi estimado em 3,8 milhões (NRC, 2015). Também em Moçambique, a guerra obrigou à deslocação interna de entre quatro e cinco milhões de pessoas (Baden, 1997). Actualmente, em Angola, onde a guerra terminou há menos tempo, o número de deslocados internos é indeterminado, sobretudo porque desde 2005 este tipo de estatuto foi abolido, justificado pelo final da guerra, e, conseqüentemente, deixou de ser monitorizado (Almeida, 2010). Os últimos dados produzidos em 2005 referem-se apenas a Cabinda, onde se registaram 19 566 deslocados internos (IDMC, 2008). Outros registos, também quase sempre feitos por estimativa, referem-se ocasionalmente a populações deslocadas por causa de desastres naturais, sobretudo relacionados com cheias.

NOVAS DINÂMICAS EM CONTEXTO DE LIBERDADE DE MOVIMENTO E CIRCULAÇÃO

O final da guerra criou em ambos os países novas condições para a mobilidade e, conseqüentemente, para novas espacialidades. Tanto em Angola como em Moçambique, iniciaram-se processos de retorno de refugiados, alguns de forma mais lenta, dadas as condições menos favoráveis nos países de origem ao nível económico e social após os conflitos, provocadas sobretudo pelas destruições e disrupções a diversos níveis. Estas migrações de retorno constituíram o maior fluxo de entrada de pessoas nestes dois países nestes períodos, embora também se tenham iniciado ao mesmo tempo processos de imigração internacional motivada pelas reconstruções nacionais e por novas oportunidades de negócios e de cooperação que, entretanto, se foram abrindo. Relatórios recentes dão conta de transformações significativas em relação ao tipo de migrantes e de mobilidade em Angola e em Moçambique (OIM, 2010; Muanamoha & Raimundo, 2013). Note-se, contudo, que Angola acolhia ainda em 2009, já depois do final do seu próprio conflito interno, um total de 12 710 refugiados (dos quais 11 400 provenientes da RDC) e 3185 requerentes de asilo (UNHCR/ACNUR, 2010). Em 2010, o UNHCR procurava ainda por soluções para cerca de 11 900 congoleses da província de Katanga na RDC que estavam a viver em Angola desde o início dos anos 1970 (UNHCR/ACNUR, 2010). No ano seguinte, o número de refugiados em Angola situava-se nos 16 233, sendo 3167 o número de requerentes de asilo (UNHCR/ACNUR, 2010).

Em relação ao retorno de angolanos e moçambicanos aos respectivos países após o final da guerra civil (Tabela 1), estes foram processos que se estenderam por vários anos, e o número de regressos calculados fica muito aquém das estimativas de saídas dos países. Em Angola, dos mais de quatro milhões que se estima tenham saído do país, calcula-se que apenas um pouco

mais de meio milhão tenha regressado após o final do conflito. Em Moçambique, o retorno foi igualmente menos expressivo nos anos logo a seguir ao final da guerra, embora muito significativo durante os três anos que se seguiram.

TABELA 1: RETORNO DE REFUGIADOS ANGOLANOS E MOÇAMBICANOS PÓS-GUERRA

	1992	TOTAL ATÉ 1995	2002-2007	2009
ANGOLA			230 900 *	13 052
MOÇAMBIQUE	180 000**	880 000		

Fonte: UNHCR/ACNUR Angola, (2007); UNHCR/ACNUR, (2010); UNHCR/ACNUR, (1995)

* Permanecendo cerca de 190 mil refugiados angolanos na RDC, República do Congo, Zâmbia e em outros países (UNHCR/ACNUR Angola, 2007).

** De acordo com o UNHCR/ACNUR (1995), a guerra originou a fuga de 1,7 milhões de pessoas.

Com o final da guerra em 2002, aumentou, contudo, o movimento de pessoas para Angola, e não o reverso que tinha caracterizado o período dos conflitos (Bakewell *et al.*, 2015: 212). Isto deveu-se, sobretudo, ao *boom* económico do país nesta altura, devido à subida dos preços do petróleo e às oportunidades abertas aos negócios. Em Moçambique, estas dinâmicas tornaram-se mais visíveis com a descoberta e o início da exploração de gás natural, estimando-se que no início do século XXI o número de imigrantes tenha ascendido aos 22 100 em Moçambique e 74 600 em Angola (Pena *et al.*, 2010). O aumento do número de migrantes internacionais em ambos os casos é significativo (Patrício, 2016; Åkesson, 2016), e no âmbito das relações externas e das dinâmicas económicas internacionais mantêm-se ainda algumas das principais rotas de circulação internacional do tempo da guerra, ao mesmo tempo que se iniciam novas parcerias que dão lugar à entrada de outros estrangeiros nos dois países para além dos tradicionais (Tabela 2). A principal característica comum em termos da emigração em Angola e em Moçambique no pós-guerra diz respeito à continuação da migração de um número modesto de pessoas à procura de melhores condições de vida – sobretudo ligadas ao trabalho e aos estudos – na Europa, América do Norte e noutros países mais desenvolvidos (Tabela 2). A principal distinção diz respeito à manutenção de altos níveis de migrações laborais de Moçambique para a África do Sul e de uma reduzida saída de angolanos do país:

*Com excepção do período pós-independência, Angola é caracterizada por uma emigração reduzida, estando a transformar-se paulatinamente numa região atractiva, recebendo imigrantes africanos de outras regiões (Tolentino *et al.*, 2011: 32).*

Em Moçambique, estima-se que as migrações laborais sejam elevadas, embora não se conheçam em detalhe os números dada a grande porção de migrações ilegais e/ou não registadas:

[Estima-se] que em 2003 cerca de 75 000 moçambicanos estavam a trabalhar legalmente na África do Sul, enquanto aqueles que estavam a trabalhar ilegalmente, só nas províncias de Mpumalanga e Limpopo, ultrapassavam os 145 000 (Arnaldo & Muanamoha, 2014: 25).

Para Vletter (2006), as razões da continuada ida de moçambicanos para a África do Sul prendem-se com o facto de, apesar de o crescimento económico de Moçambique ser positivo, ele está ligado aos megaprojectos, capital-intensivos, que limitam a absorção dos trabalhadores nacionais não qualificados. Daí que a mobilidade seja sobretudo de nível interno e regional, envolvendo “populações de alta mobilidade” que incluem comerciantes (formais e informais), mukeristas, trabalhadores mineiros, da construção civil ou domésticos (Perceptions, 2011).

TABELA 2: MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE, 2015

			ÁFRICA		EUROPA		AMÉRICAS	ÁSIA E OCEÂNIA
Angola	Imigração	RDC	43 192	Portugal	15 582		Sem dados	Sem dados
		Cabo Verde	8559 em 2013 ²					
		São Tomé e Príncipe	9123					
		África do Sul	7144		[sem outros dados]		[sem dados para Brasil]	[sem dados para China]
		Ruanda	1216					
		República do Congo	1203					
		Namíbia	1012					
	Emigração	RDC	185 205	Portugal	151 273	Estados Unidos	12 683	Austrália 580
		República do Congo	41 238	França	21 287	Brasil	7694	Filipinas 76
		Namíbia	33 980	Reino Unido	15 712	Canadá	2991	
		África do Sul	30 268	Suíça	6 716			
		Zâmbia	17 464	Holanda	5 321			
		Botswana	3550	Bélgica	4 047			
		Camarões	1964	Espanha	3 553			
		Tanzânia	1249	Itália	1 869			
Moçambique	Imigração	Malawi	77 488	Portugal	4420			
		Zimbabwe	25 429					Índia 2434
		África do Sul	8897					Paquistão 1282
		Lesoto	7840		[sem dados para outros]		[sem dados para Brasil]	
		Tanzânia	7652					[sem dados para China]
		Zâmbia	5943					
		RDC	2337					
	Emigração	África do Sul ³	449 7102	Portugal	67 991	Canadá	1275	Austrália 1023
		Zimbabwe	94 382	Reino Unido	6368	Brasil	1702	
		Malawi	54 183	França	1290			
		Tanzânia	14 651	Suíça	1266			
		Zâmbia	2010					
		Botswana	1185					
		Eritreia	1107					

Fonte: OIM (2015), os dados coincidem com os da UN Population Division

¹ UN Population Division data.

No período pós-guerra, as restrições à circulação internacional de angolanos e moçambicanos foram sobretudo resultado da falta de condições económicas para o fazer, enquanto os estrangeiros foram em larga medida condicionados na sua deslocação para estes países por políticas e disposições de controlo migratório, na maior parte das vezes no contexto de reciprocidade a nível das relações internacionais. O final da guerra em Angola criou novas condições de atravessamento das fronteiras, “alterando a [própria] natureza da fronteira” (Bakewell *et al.*, 2015: 195). Pese embora as dificuldades relacionadas com a disponibilidade de dados fiáveis e precisos, é seguro afirmar, de modo geral, que a guerra teve um papel central na deslocação interna de pessoas em ambos os países, mas que o êxodo rural, que já se tinha iniciado no período colonial, se manteve intenso até à actualidade, embora com alguma tendência para um abrandamento em Moçambique (Potts, 2009). O crescimento populacional de Maputo e de Luanda durante as guerras civis foi muito significativo, com Maputo a chegar a cerca de um milhão de habitantes pouco depois do final da guerra, e Luanda a mais de quatro milhões ainda antes do final da guerra (Raposo & Oppenheimer, 2007; INE, 2015). Embora logo após as independências em ambos os países se tenha prenunciado um controlo da tendência migratória para as cidades, em Moçambique este projecto teve resultados muito mais expressivos do que em Angola, embora também de curta duração e intensidade. Tentativas como a das Aldeias Comunitárias em Moçambique pretenderam conformar os movimentos internos no âmbito daquilo que tinha sido definido como o projecto administrativo, social e económico do país (Araújo, 1988; Coelho, 1993; Casal, 1996). Em Angola, os grandes projectos de desenvolvimento agrícola que se previa iniciar contariam igualmente (e idealmente) com uma mobilização da população para o campo, mas também aqui esta não chegou a acontecer.

Em Moçambique, as referências recentes às migrações internas, embora escassas (Patrício, 2016), permitem, contudo, melhor do que em Angola, indicar algumas tendências mais gerais a nível provincial a partir dos dados disponíveis dos dois últimos Censos. Os saldos migratórios são mais expressivos nas províncias do Sul do país, aparecendo a província de Maputo e a cidade de Maputo como os principais receptores de população (Tabela 3). Os migrantes internos das províncias do Sul tendem a migrar para Maputo, enquanto na cidade da Beira a maioria dos imigrantes internos é proveniente da província de Sofala (Araújo, 2003).

² O consulado registou 110 217; 511 000 estimados, de acordo com INACE – Instituto Nacional para as Comunidades Moçambicanas no Exterior, <http://www.inace.gov.mz/>.

TABELA 3: MIGRAÇÃO INTERNA EM MOÇAMBIQUE ENTRE 1997 E 2007

	1997			2007		
	Taxa de imigração	Taxa de emigração	Saldo	Taxa de imigração	Taxa de emigração	Saldo
Niassa	4,4	4,4	0,2	3,9	3,2	0,8
Cabo Delgado	2,4	3,3	-0,9	2,5	3,1	-0,5
Nampula	2,8	2,4	0,5	2,4	2,5	0,0
Zambézia	1,9	5,3	-3,5	1,7	5,4	-3,8
Tete	3,3	7,2	-3,4	2,3	5,1	-2,6
Manica	13,0	4,9	8,7	11,2	4,2	7,4
Sofala	11,7	10,1	1,9	10,4	9,9	0,7
Inhambane	5,9	18,7	-15,7	5,3	18,5	-16,2
Gaza	6,2	19,5	-16,4	5,2	17,9	-15,3
Maputo	32,7	14,9	21,2	37,6	10,4	30,5
Maputo (cidade)	37,3	20,9	21,1	31,4	25,0	9,2

Fonte: adaptado de Arnaldo & Muanamoha (2014: 28)

Em Angola, os resultados do Censo de 2014 não só não são comparáveis ao último feito no país – ainda no tempo colonial – como, no próximo ciclo, em 2024, irão também previsivelmente ter as mesmas limitações, ou seja, não conseguirão captar dinâmicas migratórias internas de forma mais detalhada e em espaços de tempo mais curtos, não possibilitando a identificação de trajectórias migratórias.

Em suma, as restrições e os impedimentos à migração e mobilidade internas durante a guerra foram directos. Os conflitos condicionaram muito fortemente a circulação de pessoas, em muitos casos mantendo-as em cativeiros sob domínio militar (Beck, 2012; Lubkemann, 2008; Malaquias, 2001; Udelsmann Rodrigues & Tavares, 2012; Udelsmann Rodrigues, 2014; Lopes, 2013b) e, noutros, imobilizadas em locais de refúgio como sejam as cidades controladas pelas forças militares. Apesar da intensificação da circulação e de maiores possibilidades abertas para circulação com o final da guerra, as restrições à mobilidade continuaram a ser impostas sobretudo pelas minas terrestres e por outros aspectos limitadores, tais como a falta de meios financeiros em certas áreas rurais para a mobilidade ou a incapacidade de deslocação das populações pobres das cidades para o meio rural por este não constituir uma alternativa. No geral, contudo, é clara a passagem de um contexto altamente condicionador da mobilidade para outro de crescente liberdade de movimento.

NOVOS URBANISMOS

Tendo como enquadramento as dinâmicas migratórias e o movimento de pessoas em Angola e em Moçambique nas últimas décadas, a sua relação com o surgimento de novas formas de construção dos espaços urbanos no pós-guerras caracteriza-se por uma menor conformação às condições impostas pelos regimes políticos, em contraste com as grandes limitações impostas quer pelo sistema colonial quer por força dos conflitos civis. Em termos das tendências dos

movimentos migratórios, o êxodo rural não diminuiu muito significativamente após o final das guerras, e o por vezes imaginado retorno em massa às regiões de origem dos migrantes urbanos que se tinham refugiado nas cidades não ocorreu. Mantiveram-se as mesmas – senão piores – condições e oportunidades de vida fora das cidades, e o final da guerra, pelo contrário, abriu a ainda mais pessoas a possibilidade de migração para o meio urbano. Durante décadas, a reconstrução de Angola e Moçambique fizeram crescer as cidades, aumentando as periferias e as zonas suburbanas (Raposo & Oppenheimer, 2007).

Existem, contudo, novas tendências em termos dos processos de urbanização e mobilidade, comuns aos dois países que experienciaram processos históricos coloniais e de guerra similares, que merecem ser assinaladas – anotando-se também as diferenças. Com o final da guerra civil, Moçambique inicia lentamente um processo de recuperação económica, muito assente na cooperação e na ajuda internacional, com pouco impacto no desenvolvimento rural e na atracção da população para o campo, embora estes últimos sejam desejáveis (Ali, 2013) e objecto de políticas nacionais específicas. De certa forma, mantém-se uma preocupação com a fixação da população no campo, uma certa ideia da necessidade de uma “industrialização” rural (Castel-Branco *et al.*, 2009). Contudo, segundo as análises, não parece ter havido grande variação global relativamente ao tipo de actividades predominantes no meio rural. Em Angola, dez anos depois de Moçambique, o final da guerra traduziu-se num aumento muito rápido do número e porte dos projectos de desenvolvimento baseados na reconstrução, o que favoreceu as cidades onde já se concentrava a maior parte da população e, por isso, não contribuiu para o algumas vezes idealizado regresso ao campo e aos locais de origem da população migrante. Apenas muito timidamente foram feitos investimentos na construção de infra-estruturas e habitação em áreas rurais – o que quase sempre foi tido como algo “inabitual” e contrário às tendências populacionais –, e os processos de descentralização previstos e iniciados arrastam-se desde então, tanto em Angola como em Moçambique (Fauré & Udelsmann Rodrigues, 2011). A expansão urbana, quer de Luanda quer de Maputo, é muito marcada, sobretudo nas últimas duas décadas (Tabela 4). De acordo com o Banco Mundial, a evolução da população nas capitais até às independências era já bastante evidente, mas registou um aumento ainda mais exponencial desde as independências até ao final das guerras civis, aumentando depois também de forma muito significativa.

TABELA 4: POPULAÇÃO EM LUANDA E MAPUTO (1960-2016)

	1960	1975	1996	2002	2016
Luanda	219 427	598 504		2 933 398	5 737 475
Maputo	181 223	455 564	953 265		1 203 089

Fonte: Banco Mundial (2017)

Com este crescimento, sobretudo depois do final das guerras, aumentaram também as novas zonas residenciais que se situam hoje fora das áreas estabelecidas pelo desenho colonial ou pelos limites à expansão urbana impostos pela insegurança da guerra. A divulgação dos resultados preliminares do Censo de 2017 em Moçambique indica, por exemplo, que a Matola – município com crescente dinamismo económico – cresceu cerca de 290%, de aproximadamente 841 mil para 1 616 267 pessoas, tendo a cidade de Maputo, inclusive, diminuído ligeiramente em termos populacionais (INE, 2017). Em Angola, o crescimento da cidade de Luanda processa-se de forma mais espectacular desde o final da guerra, na medida em que está assente sobre a criação de novas modalidades residenciais para além dos tradicionais assentamentos informais que caracterizaram o crescimento urbano colonial e pós-colonial. Não só a conhecida nova cidade do Kilamba, uma “centralidade” de cerca de 20 mil apartamentos, construída em parceria público-privada, transformou o modo de viver de um grande número de habitantes da cidade como quer os novos bairros residenciais de classes médias altas – sobretudo em Luanda Sul – quer novos bairros criados para funcionários do Estado e populações de renda baixa e/ou reassentadas (Zango, Funda) cresceram em grande número. Estas novas expansões demográficas e do tecido urbano são geradoras de novos urbanismos, não só em termos dos modelos de ocupação do espaço – novas centralidades, bairros sociais ou novas zonas suburbanas – mas também em termos das dinâmicas de relação com o centro da capital e com as rotas de ligação a outras províncias.

Nos tempos mais recentes, ou seja, numa fase em que em Angola se iniciam alguns – embora reduzidos – projectos de diversificação económica que têm como objectivo reduzir a dependência da exploração *offshore* de petróleo que dominou a economia do Estado durante a guerra, há indícios também de alguma desconcentração da economia, pelo menos para fora de Luanda. Por outro lado, a congestão das cidades, sobretudo a de Luanda, pressiona de certa forma a população a procurar novas oportunidades, e surgem novas mobilidades internas, embora timidamente. Em Moçambique, grandes projectos fora da capital e de outros centros urbanos também fazem prever novas deslocações e tendências migratórias, embora também de forma tímida:

Novas tendências começam a notar-se com a descoberta de reservas minerais nas províncias do Centro e Norte de Moçambique e que têm estado a contribuir para aumentar a migração interna bem como a atrair influxos de estrangeiros, legais e ilegais (Perceptions, 2011: 7).

Em Moçambique, as multinacionais europeias, asiáticas e norte e sul-americanas que se dedicam à exploração de recursos naturais têm concorrido, “em parte, para a ocorrência de migrações internas e internacionais” (Patrício, 2015: 108).

A migração e a experiência urbanas em Moçambique têm produzido, ao longo dos anos, reconhecidas transformações não só das cidades em si mas também das comunidades rurais (Negrão, 2006).

As referências em relação à mudança de atitudes resultantes dos investimentos de migrantes urbanos no seu retorno ao meio rural em Moçambique apontam para influências “urbanas” marcadas: a agricultura deixa de ser a prioridade de investimento em alguns casos, passando os “ideais” a ser antes algo como construir “uma casa grande, de alvenaria se possível, com depósito para recolher a água da chuva” (Farré, 2010: 229). A migração “tem introduzido muitas mudanças na vida dos camponeses (novos hábitos, novos produtos e novas religiões)” (*idem*: 234). Para além dos contactos com as famílias no meio rural, os migrantes internos mantêm relações de envio de dinheiro ou bens, sendo que entre os últimos se destacam bens industriais, de consumo e mais fácil acesso urbano: “alimentos processados (...), electrodomésticos (...), cosméticos, material escolar ou de construção” que são localmente valorizados (Feijó *et al.*, 2016: 25-6). Daqueles que pensaram investir no campo, as áreas preferenciais não são a agricultura, mas negócios relacionados com transporte e outros serviços, marcadamente urbanos (*idem*: 33).

Em termos dos novos dinamismos migratórios pós-guerra e de ocupação do espaço fora das grandes cidades e das suas áreas interligadas, destaca-se em Angola a intensificação dos movimentos transfronteiriços, fazendo surgir novos pólos de atracção da população em zonas de fronteira, gerando novos urbanismos. No Sul de Angola, estas novas dinâmicas são sobretudo marcadas em Santa Clara, principal fronteira com a Namíbia (Udelsmann Rodrigues, 2010), e no Rundu (também no Sul) (Brinkman, 1999), e também de certa forma nas zonas de fronteira com a Zâmbia a leste e com a RDC a norte, sobretudo na sequência do regresso de refugiados (Silva, 2011; Neto, 2017). Os efeitos nas zonas fronteiriças dos países vizinhos são igualmente visíveis (Bakewell *et al.*, 2015; Dobler, 2009). Em Santa Clara, a fixação de pessoas na região tornou-se mais apelativa devido às oportunidades de negócio na fronteira (Dobler, 2009; Udelsmann Rodrigues, 2010:115), tendo a localidade crescido, ainda antes do final da guerra, em 346% (e a capital provincial Ondjiva, apenas 47%, entre 1996 e 2002). Desde o final da guerra, estes crescimentos são mais baixos. Contudo, levaram não só, no caso de Santa Clara, à construção de um importante centro aduaneiro em 2011 que catalisou ainda mais o crescimento local como, noutras áreas da mesma fronteira, como no Rundu-Calai, “existe hoje um crescimento urbano forte e interconectado em ambos os lados do rio [fronteira]” (Udelsmann Rodrigues, 2010; Röder *et al.*, 2015). Noutras regiões comerciais, ligadas a corredores transfronteiriços, como sejam o caso do Corredor do Lobito, desenvolveu-se também recentemente “um conjunto de centros de comércio intermédios”, que não existiam. As vilas e aldeias ao longo da linha ferroviária que estavam desertas durante a guerra estão hoje activas com actividades comerciais e mercados (Duarte *et al.*, 2015: 21). Em Moçambique, Ressano Garcia e Komatipport, postos de fronteira na principal rota no corredor entre Moçambique e a África do Sul, respectivamente, têm igualmente vindo gradualmente a concentrar mais população e negócios, sobretudo depois do final da guerra. A uma escala mais pequena, também a localidade fronteiriça da Namaacha viu crescer a população e a área urbana recentemente. A “microrregião transfronteiriça”

no Corredor de Maputo (inserida no programa do Estado moçambicano do Corredor de Desenvolvimento de Maputo) é resultado não só das relações sociais e económicas existentes e do surgimento de novas oportunidades de comércio e turismo (Rogerson, 2001: 340) mas também dos “milhões de migrantes”, sobretudo mukheristas, que para lá se deslocaram ao longo dos anos (Söderbaum & Taylor, 2008: 35), mesmo durante os conflitos com a África do Sul nos anos 1980 e 1990, tornando-se simultaneamente um corredor de migração, de comércio informal e mesmo criminal (*idem*: 37). Também aqui, dada a importância que este tráfego tem para a região e não só, foi construída uma estrutura de apoio e controlo do movimento alfandegário, nomeadamente um terminal rodoviário, que por sua vez são também factores de estímulo às economias locais. Outras rotas importantes em Moçambique que têm impactos sobre os dinamismos económicos locais e sobre a migração e fixação de pessoas inserem-se, por exemplo, no Corredor de Desenvolvimento do Norte/de Nacala que liga o Porto de Nacala às minas de carvão de Tete e aos países vizinhos do Norte.

Mais especificamente em zonas mineiras, sobretudo no âmbito de grandes projectos de exploração, as dinâmicas de controlo e organização das populações locais e dos trabalhadores por parte do Estado e dos agentes privados combinam-se com dinâmicas migratórias “não controladas” decorrentes da liberdade de mobilidade que caracteriza o período actual. “Os migrantes tendem a estabelecer-se o mais próximo possível das zonas de concessão e infra-estrutura mineira esperando benefícios económicos” (Rey & Weber, 2016), e o sector mineiro artesanal, por seu turno, estimula dinâmicas migratórias e de assentamento renovadas. À medida que são criadas novas condições de fixação e surgem novas oportunidades de negócios, aumenta a circulação e a fixação de pessoas na área dos grandes projectos, tanto em Angola como em Moçambique. Em Moçambique, os megaprojectos têm impulsionado a “dinamização da economia local”, “derivada da crescente procura devido à imigração de técnicos estrangeiros e de outras zonas do país” (Mosca & Selemene, 2012: 239), que concorre para reconfigurações locais. Em Angola, a cidade fronteiriça do Soyo, no Norte do país, passou de pequena vila costeira colonial a cidade média devido às actividades de exploração de gás natural pela Angola LNG. Adicionalmente, a sua condição de cidade fronteiriça – com o posto de fronteira a funcionar no interior da própria base de exploração de gás – contribui também para que aqui se desenvolvam actividades económicas e comerciais que, por seu turno, estimulam a migração e novas dinâmicas residenciais. A capital da província do Zaire, Mbanza Congo, perdeu, inclusive, importância económica e mesmo administrativa ao longo dos anos a favor do Soyo. Em Moçambique, casos semelhantes também indicam a importância que as cidades baseadas em actividades de exploração de recursos naturais têm para a criação de novos urbanismos. As actividades mineiras na província de Cabo Delgado, no Norte do país, na bacia do Rovuma, atraíram um número significativo de pessoas para a região, não só população envolvida directamente em projectos de gás natural como um conjunto variado de serviços e actividades

comerciais. Apesar de grande parte das vezes estes projectos de larga escala não levarem em conta aspectos relacionados com a urbanização ou o desenvolvimento de infra-estruturas sociais, por exemplo (Nhantumbo & Salomão, 2010: 39), eles são geradores de novas formas de vida urbana. Cidades na região de Cabo Delgado, como Mocímboa da Praia ou Palma, e mais acentuadamente Pemba, cresceram significativamente depois de terem sido iniciados os projectos de desenvolvimento da indústria de gás. No interior, o projecto de carvão de Tete, por exemplo, catalisou de forma significativa o crescimento urbano e económico da região onde se encontra implantado, que por sua vez se insere numa zona de intersecção entre rotas que ligam o país ao Malawi e ao Zimbabwe.

Assim, uma das principais características da urbanização de localidades do interior ou de novos espaços peri/suburbanos é que estes gradualmente se tornam “culturalmente mais semelhantes a grandes aglomerações urbanas” (Berdegué *et al.*, 2014: 1), levando a transformações visíveis e, sobretudo, inéditas, e por isso inesperadas. De uma forma geral, abrem-se novas possibilidades de mobilidade e desenvolvem-se novas estratégias tendo como pressuposto uma crescente – e nova – liberdade de movimento, mas não há ainda uma ideia claramente definida sobre as principais tendências das novas dinâmicas populacionais. Mesmo dando apenas alguns exemplos relacionados com novos urbanismos em zonas de fronteira e em zonas de exploração mineira, é possível sustentar o argumento de que novos fenómenos de vida urbana em zonas anteriormente marcadamente rurais estão actualmente em produção, levando a que aumente a sua importância também para a investigação e para as políticas públicas.

CONCLUSÃO

O fim da guerra fez emergir novas mobilidades e, consequentemente, novas dinâmicas territoriais, devido à maior liberdade de movimento e residência das pessoas. Por um lado, estimulou o crescimento urbano e suburbano e, por outro, novos urbanismos e formas de fixação populacional no que antes era o campo, que criam condições para novos tipos de vida urbana. Estas mudanças não estão apenas relacionadas com as transformações económicas e políticas dos dois países – embora fortemente impulsionadas por estas – mas resultam sobretudo de novos mecanismos e dinamismos das migrações. A estratégia colonial global foi relativamente clara – a exploração económica através da dominação e do controle das populações e dos seus movimentos –, levando a que as possibilidades de elaboração de estratégias residenciais alternativas por parte das populações angolanas e moçambicanas tivesse sido praticamente nula, sobretudo entre a população escravizada e os trabalhadores forçados, e muito limitada entre os migrantes que se deslocaram quer para as cidades quer para trabalhar em explorações agrícolas ou na indústria. Durante as guerras, também as estratégias que envolveram a migração e a mobilidade foram profundamente condicionadas pelas imposições e restrições à

circulação por força dos conflitos militares. Embora a análise do movimento e da imobilidade forçada durante o longo período colonial em Angola e em Moçambique se encontre mais desenvolvida, a descrição das formas de controlo e imposições à mobilidade durante a guerra são mais escassas. São igualmente escassos e insuficientes os estudos sobre as novas dinâmicas geradas pela liberdade de circulação iniciada com o final dos conflitos e sobre as articulações territoriais, nomeadamente no que diz respeito ao surgimento de novos pólos gravitacionais da mobilidade e da aglomeração populacional. Nos contextos pós-guerra, há uma inversão inédita dos condicionamentos de décadas anteriores. A liberdade de circulação, a par das dinâmicas renovadas de procura de melhores condições de vida, faz surgir novas formas de articulação entre os espaços ao mesmo tempo que reconfigura as formas de ocupação dos mesmos.

A constatação de que as estratégias das populações em ambos os países indicam uma alta correlação entre transformação económica e social e os movimento, aponta para uma necessidade de monitorização das transformações e reconfigurações em curso. Sobretudo no meio rural, em áreas durante muito tempo quase imutáveis, surgem novos urbanismos. No contexto actual de descentralização, quer em Angola quer em Moçambique, esta conjugação coloca novos desafios ao planeamento e à gestão urbana nacionais. Os novos desenvolvimentos locais irão moldar a reconfiguração espacial, económica e social, produzindo novas realidades urbanas que importa entender para melhor antecipar e melhor adequar os sistemas e mecanismos e promover o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- Agergaard, J. *et al.* (2013) Demographic shifts and “rural” urbanization in Tanzania during the 2000s. In *Comunicação ao Royal Geographical Society Annual International Conference Londres*. Disponível em: http://ign.ku.dk/english/employees/ign/?pure=files%2F134953880%2FRGS_IBG_2013_ja_tbt_final.pdf.
- Agergaard, J. *et al.* (2009). *Rural-Urban Dynamics: livelihoods, mobility and markets in African and Asian frontiers*. Abingdon: Taylor & Francis Group.
- Åkeson, L. (2016). Moving beyond the colonial? New Portuguese migrants in Angola. *Cahiers d'Études Africaines*, LVI(1-2), 67-285.
- Alexandre, V. (1991). Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51). *Análise Social*, 26(111), 293-333.
- Ali, R. (2013). Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento em Moçambique? Luís de Brito *et al.* In *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE, 211-237.
- Allina, E. (2015). “Captive to civilization”: law, labor mobility, and violence in colonial Mozambique. In D. Vigneswaran & J. Quirk (eds.), *Mobility Makes States: Migration and Power in Africa*, 59-78. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Almeida, M.V. (2010). *Overview on South-South Migration and Development in Angola: trends and research needs*. Genebra: International Organization for Migration. Disponível em: <http://www.ossrea.net/publications/images/acp/angola-country-overview.pdf>.
- Araújo, M.M. (2003). Os espaços urbanos em Moçambique. *Espaço e Tempo*, 14, 165-182.
- Araújo, M.M. (1988). *O Sistema das Aldeias Comuns em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo*. Tese de Doutorado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Arnaldo, C. & Muanamoha, R. C. (2014). Dinâmica demográfica e suas implicações em Moçambique. *Gazeta de População e Saúde*, 2. Maputo
- Baden, S. (1997). *Post Conflict Mozambique: women's special situations, populations issues and gender perspectives*. Brighton: Institute of Development Studies.
- Bakewell, O. *et al.* (2015). Moving from war to peace in the Zambian-Angola borderlands. In *Mobility Makes States: Migration and Power in Africa*, 194-217. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Banco Mundial (2017). <https://data.worldbank.org/indicator/>.
- Beck, T.K. (2012). *The Normality of Civil War: Armed Groups and Everyday Life in Angola*. Frankfurt: Campus Verlag.

- Berdegú, J.A. *et al.* (2014). The rural transformation. In B. Currie-Alder, R. Kanbur, D. M. Malone, & R. Medhora (eds.), *International Development: Ideas, Experience, and Prospects*, 463-478. Oxford: Oxford University Press.
- Bosworth, G. & Farrell, H. (2011). Tourism entrepreneurs in Northumberland, *Annals of Tourism Research* 38 1474-1494.
- Briedenhann, J. & Wickens, E. (2004). Tourism routes as a tool for the economic development of rural areas – vibrant hope or impossible dream? *Tourism Management*, 25(1), 71-79.
- Brinkman, I. (1999). Violence, exile and ethnicity: Nyemba refugees in Kaisosi and Kehemu (Rundu, Namibia). *Journal of Southern African Studies*, 25(3), 417-439.
- Bruijn, M. *et al.* (2001). *Mobile Africa: Changing Patterns of Movement in Africa and Beyond*. Leiden: Brill.
- Bryceson, D. & MacKinnon, D. (2012). Eureka and beyond: mining's impact on African urbanisation. *Journal of Contemporary African Studies*, 30(4), 513-537.
- Bruneau, J.-C. (2002). Vivre la ville à la campagne: crises des sociétés et exurbanisation en Afrique tropicale, *Historiens et Géographes* 379, 185-197.
- Buursink, J. (2001). The binational reality of border-crossing cities. *GeoJournal*, 54(1), 7-20.
- Casal, A.Y. (1996). *Antropologia e Desenvolvimento: as Aldeias Comuns em Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Castel-Branco, C.N. *et al.* (2010). Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique. In Luís de Brito *et al.* *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, 183-215.
- Castelo, C. (2007). *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Lisboa: Afrontamento.
- Castles, S. (2002). Migration and community formation under conditions of globalization. *International Migration Review*, 36(4), 1143-1168.
- Coelho, J.P.B. (1993). *Protected Villages and Comunal Villages in the Mozambique Province of Tete (1968-1982): a history of state resettlement policies, development and war*. Tese de Doutoramento. Bradford: Bradford University.
- CPLP & INE (2014). *Estudo Metodológico sobre as Estatísticas das Migrações, no quadro dos países da CPLP*. Lisboa: INE.
- Dobler, G. (2009). Oshikango: The Dynamics of Growth and Regulation in a Namibian Boom Town. *Journal of Southern African Studies*, 35(1), 115-131.
- Duarte, A. *et al.* (2015). *Diversification and Development, or "White Elephants"? Transport in Angola's Lobito Corridor*. Bergen: Christian Michelsen Institute.

- Farré, A. (2010) Formas de investimento das poupanças no local de origem por emigrantes do Sul de Moçambique: o caso do distrito de Massinga (Inhambane). In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (eds.), *Protecção Social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique*, 213-233. Comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Maputo: IESE.
- Fauré, Y.A. & Udelsmann Rodrigues, C. (2011). *Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique: processos, terrenos e atores*. Lisboa: Almedina.
- Feijó, J. *et al.* (2016). Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo: uma análise do desenvolvimento rural em Moçambique a partir de Maputo. *Observador Rural*, 43. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- Flahaux, M.-L. & Haas, H. de (2016). African migration: trends, patterns, drivers. *Comparative Migration Studies*, 4(1), 1-25.
- Gaibazzi, P. (2015). The quest for luck: fate, fortune, work and the unexpected among Gambian Soninke hustlers. *Critical African Studies*, 7(3), 227-242.
- Gupta, P. (2015). Decolonization and (dis)possession in Lusophone Africa. In D. Vigneswaran & J. Quirk (eds.), *Mobility Makes States: Migration and Power in Africa*, 168-193. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Grant, Richard (2015). Sustainable African urban futures, *American Behavioral Scientist*, 59(3) 294-310.
- Hoogendoorn, G. *et al.* (2009). Changing countrysides, changing villages: second homes in Rhodes South Africa. *South African Geographical Journal*, 91(2), 75-83.
- IDMC, Internal Displacement Monitoring Centre (2008). *Angola: internal displacement in brief*. Disponível em: <http://www.internal-displacement.org/sub-saharan-africa/angola/summary>
- INE (Angola) (2015). *Resultados do Censo 2014*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (Moçambique) (2017). *Resultados Preliminares do Censo 2017*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: www.ine.gov.mz/.
- King, R. (2002). Towards a new map of European migration, *International Journal of Population Geography*, 8(2) 89-106.
- Levitt, P. & Jaworsky, B.N. (2007). Transnational migration studies: past developments and future trends. *Annual Review of Sociology*, 33(1), 129-156.
- Lopes, C.M. (2013a). *Reforçar a Gestão de Dados sobre as Migrações em Angola: avaliação e recomendações*. ACP e OIM. Disponível em: <http://publications.iom.int/bookstore/free/Angola.pdf>.
- Lopes, C.M. (2013b). *Tema de Reflexão: o impacto da migração para o desenvolvimento – desafios e oportunidades para Angola*. OIM. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/thinkpiece_migration_development_angola.pdf.

- Lubkemann, S.C. (2008). Involuntary immobility: on a theoretical invisibility in forced migration studies. *Journal of Refugee Studies*, 21(4), 454-475.
- Malaquias, A. (2001). Diamonds are a guerrilla's best friend: the impact of illicit wealth on insurgency strategy. *Third World Quarterly*, 22(3), 311-325.
- Medeiros, I. (2006). Tendências recentes da urbanização na África ao sul do Sahara: Notas de leitura. *Finisterra* 41(81): 191-203.
- Mosca, J. & Selemane, T. (2012). Megaprojectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete. In L. de Brito *et al.*, *Desafios para Moçambique 2012*, 183-216. Maputo: IESE, 231-255.
- Muanamoha, R. & Raimundo, I. (2013). A dinâmica migratória em Moçambique. In B. Cau & C. Arnaldo (eds.), *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*. Maputo: CEPISA.
- Negrão, J. (2006). *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Maputo: Texto Editores.
- Neto, Pedro. (2017). The consolidation of the Angola–Zambia Border: violence, forced displacement, smugglers and Savimbi, *Journal of Borderlands Studies*, 32(3) 305-324.
- Nhantumbo, I. & Salomão, A. (2010). *Biofuels, Land Access and Rural Livelihoods in Mozambique*. Londres: IIED.
- NRC - Norwegian Refugee Council (2005). *Angola: IDP rehabilitation held back by devastated infrastructure*, <http://www.internal-displacement.org/assets/library/Africa/Angola/pdf/Angola-overview-oct04.pdf>.
- Nugent, P. (2012). Border towns and cities in comparative perspective. In T. M. Wilson & M. H. Donnan (eds.), *A Companion to Border Studies*, 557-572. Chichester, UK: John Wiley.
- OIM – Organização Internacional para as Migrações (2010). *Avaliação da USAID das Populações Móveis*. OIM (Angola).
- OIM – Organização Internacional para as Migrações (2015). *World Development Report 2015*. Disponível em: <https://www.iom.int/world-migration-report-2015>.
- Patrício, G. (2015). *A Migração Internacional e o Processo de Desenvolvimento na Região Norte de Moçambique: estudo de caso da província de Nampula*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Patrício, G. (2016). Moçambique: compulsando as migrações internas e internacionais, *InterEspaço. Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, 2(5), 78-101.
- Pena, P.R. *et al.* (2010). *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: Tinta da China.
- Perceptions (2011). *Revisão de Literatura sobre População de Alta Mobilidade em Moçambique*. Maputo: Perceptions. Disponível em: <http://nweti.org/index.php/pt/publicacoes/2012-02-14-00-20-27/2012-02-14-00-20-50?download=12:revisao-de-literatura-sobre-populacao-de-alta-mobilidade>.

- Pimenta, F.T. (2012). Angola's Euro-African nationalism: the united Angolan front. In E. Morier-Genoud (ed.), *Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*, 177-197. Boston: Brill.
- Potts, D. (1995). Shall we go home? Increasing urban poverty in African cities and migration processes. *The Geographical Journal*, 161(3), 245.
- Potts, D. (2009). The slowing of sub-Saharan Africa's urbanization: evidence and implications for urban livelihoods. *Environment and Urbanization*, 21(1), 253-259.
- Potts, D. (2013). *Urban Livelihoods and Urbanization Trends in Africa: Winners and Losers?* *Environment, Politics and Development Research Group*. Comunicação apresentada para o EPD occasional paper series, King's College. Londres: Environment, Politics and Development Research Group. Disponível em: <http://www.kcl.ac.uk/sspp/departments/geography/research/epd/workingpapers.aspx>.
- Quirk, J. & Vigneswaran, D. (2015). Mobility makes states. In J. Quirk & D. Vigneswaran (eds.), *Mobility Makes States: Migration and Power in Africa*, 1-34. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Raposo, I. & Oppenheimer, J. (2007). *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Colibri.
- Rey, P. & Weber, A. (2016). Urban planning: when mining companies take on government's role – public-private collaboration in regional development in Guinea. In C. N. Silva (ed.), *Governing Urban Africa*, 171-190. Londres: Palgrave Macmillan.
- Röder, A. *et al.* (2015). Assessing urban growth and rural land use transformations in a cross-border situation in Northern Namibia and Southern Angola. *Land Use Policy*, 42, 340-354.
- Rogerson, C.M. (2001). Spatial development initiatives in Southern Africa: the Maputo development corridor. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 92(3), 324-346.
- Silva, S. (2011). *Along an African border: Angolan refugees and their divination baskets*, University of Pennsylvania Press.
- Silva, R. da F. (2015). Portuguese empire building and human mobility in São Tomé and Angola, 1400s-1700s. In D. Vigneswaran & J. Quirk (eds.), *Mobility Makes States: Migration and Power in Africa*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 37-58.
- Söderbaum, F. & Taylor, I. (2008). *Afro-Regions: the Dynamics of Cross-Border Micro-Regionalism in Africa*. Uppsala: Nordic Africa Institute.
- Tolentino, N. *et al.* (2011). Migração, remessas e desenvolvimento em África: o caso dos países de língua portuguesa. *Revista Internacional em Língua Portuguesa. Migrações*, 24, 23-45.
- Udelmann Rodrigues, C. (2010). Angola's southern border: entrepreneurship opportunities and the state in Cunene. *The Journal of Modern African Studies*, 48(3), 461-484.

- Udelmann Rodrigues, C. (2014). Rapid adaptations to change and displacements in the Lundas (Angola). In A. Hammar (ed.), *Displacement Economies in Africa: Paradoxes of Crisis and Creativity*, 107-126. Londres: Zed Books.
- Udelmann Rodrigues, C. & Tavares, A.P. (2012). Angola's planned and unplanned urban growth: diamond mining towns in the Lunda provinces. *Journal of Contemporary African Studies*, 30(4), 687-703.
- UNHCR/ACNUR (1995). *A Situação dos Refugiados no Mundo: em busca de soluções*. Genebra: UNHCR/ACNUR.
- UNHCR/ACNUR (2010). *Angola: Global Report*. 2010. Disponível em: <http://www.unhcr.org/4dfdbf4cb.html>.
- UNHCR/ACNUR (2017). *Population Statistics*. Disponível em: <http://popstats.unhcr.org/>.
- UNHCR/ACNUR Angola (2007). *Angola: Global Report*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/484903252.html>.
- Vletter, F. de (2006). Migration and development in Mozambique: poverty, inequality and survival. *Migration Policy Series*, 43. Cidade do Cabo: The Institute for Democracy in South Africa.
- Zeller, W. (2007). "Now we are a town": chiefs, investors, and the state in Zambia's Western province. In L. Buur & H. M. Kyed (eds.), *State Recognition and Democratization in Sub-Saharan Africa: A New Dawn for Traditional Authorities?* Nova Iorque: Palgrave Macmillan.